



## **REFLEXOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR NA TRAJETÓRIA DE PROFESSORES DAS CIÊNCIAS SOCIAIS (1964-1985)**

Tainá Martins de Barros [\*]; Luciane Sgarbi Santos Grazziotin [\*\*]

O estudo apresentado discute o percurso de formação e atuação de três professores e pesquisadores, graduados em Ciências Sociais: Lorena Holzmann, Clarissa Eckert, Pe. Ivo Follmann, SJ. O recorte temporal compreende os anos de 1964 a 1985, período em que o Brasil viveu a ditadura civil-militar. Por meio da História Oral como metodologia, as memórias desses intelectuais indicaram diferentes espaços e processos de atuação. Lorena Holzmann se destaca pela atuação nos movimentos docentes que culminou com a criação da ADUFRGS e, no processo de salvaguarda de documentos dos expurgos da UFRGS. Clarissa Eckert, por meio da Associação dos Sociólogos, fomentou a realização de palestras e aulas com destacados intelectuais da época para discutir questões políticas e sociais do contexto vigente. Exerceu, ainda, papel fundamental no processo de qualificação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na UFRGS. Ivo Follmann se destacou na militância religiosa e sociológica durante o Regime.

**Palavras-chave:** Ciências Sociais. Ditadura civil-militar. Trajetórias docentes.

### **REFLECTIONS OF THE CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP ON THE TRAJECTORY OF SOCIAL SCIENCE PROFESSORS (1964-1985)**

#### **ABSTRACT**

The study presented here discusses the formation and work of three professors and researchers, graduates in Social Sciences: Lorena Holzmann, Clarissa Eckert, Father Ivo Follmann, SJ. The time frame covers the years 1964 to 1985, a period in which Brazil experienced a civilian military dictatorship. Using Oral History as a methodology, the memories of these intellectuals indicate different spaces and processes of action. Lorena Holzmann stands out for her work in the teaching movements that culminated in the creation of ADUFRGS and in the process of safeguarding documents from the UFRGS purges. Clarissa Eckert, through the Sociologists' Association, promoted the holding of lectures and classes with prominent intellectuals of the time to discuss political and social issues of the current context. She also played a key role in qualifying the Postgraduate Program in Social Sciences at UFRGS. Ivo Follmann stood out for his religious and sociological activism during the regime.

**Keywords:** Social Sciences. Civilian military dictatorship. Teachers' trajectories.



## **REFLEJOS DE LA DICTADURA CÍVICO-MILITAR EN LA TRAYECTORIA DE LOS PROFESORES DE CIENCIAS SOCIALES (1964-1985)**

### **RESUMEN**

El estudio presentado analiza la trayectoria formativa y laboral de tres docentes e investigadores licenciados en Ciencias Sociales: Lorena Holzmann, Clarissa Eckert, Padre Ivo Follmann, SJ. El marco temporal abarca los años 1964 a 1985, período en el que Brasil vivió la dictadura Cívico Militar. Utilizando la Historia Oral como metodología, las memorias de estos intelectuales señalaron diferentes espacios y procesos de acción. Lorena Holzmann se destaca por su papel en los movimientos docentes que culminaron con la creación de la ADUFRGS y en el proceso de salvaguarda de documentos de las purgas de la UFRGS. Clarissa Eckert, a través de la Asociación de Sociólogos, promovió conferencias y clases con destacados intelectuales de la época para discutir temas políticos y sociales en el contexto actual. También jugó un papel fundamental en el proceso de calificación del Programa de Postgrado en Ciencias Sociales de la UFRGS. Ivo Follmann destacó en el activismo religioso y sociológico durante el Régimen.

**Palabras clave:** Ciencias Sociales. Dictadura cívico-militar. Trayectorias docentes.

### **DE MEMÓRIAS SE FAZEM HISTÓRIAS: PRIMEIRAS PALAVRAS**

Juan Manuel Fernández Soria (2006, p. 52) escreveu que “o cultivo da memória é uma obrigação legal”. A razão disso é que a memória reaviva nossos vínculos aos grupos, às comunidades e às experiências que já vivenciamos. De acordo com Beatriz Fischer (2005), o ato de lembrar significa “retornar ao coração”. É voltar-se para a presença de um tempo que se foi, regressar a ele em constante devir. Para o filósofo Paul Ricouer (2007), evocar memórias faz parte de um movimento essencial na construção de uma identidade pessoal. Essa movimentação é uma forma de estabelecer conexões significativas entre o passado, o presente e o futuro. Por meio da mobilização dos sentidos, é possível afirmar que rememorar é, também, um exercício realizado pelas dimensões cognitivas e, em alguma medida, pragmáticas.



Ao longo do estudo realizado, por meio das memórias evocadas, recorreremos a estas dimensões que Soria (2006), Fischer (2005) e Ricouer (2007) apresentam.

Nos rastros da formação, das produções acadêmicas e das respectivas atuações como professores e pesquisadores, foram mobilizadas memórias de tempos pretéritos com o objetivo de identificar os vestígios das transformações acadêmicas, que ocorreram no campo das Ciências Sociais, entre os anos de 1965 a 1985. Como em toda a pesquisa, para além das intenções iniciais, outras tramas foram sendo construídas no processo de narrar seus percursos. Entre tantas, as experiências vividas após o golpe de 1964 – período em que realizavam a graduação em Ciências Sociais na UFRGS e/ou exerceram a docências – uniu muitas das práticas dos três professores, sujeitos desta pesquisa.

Esse texto decorre de narrativas fruídas, de memórias movediças, que, no presente da vida de cada um, abriram uma janela para olharmos alguns reflexos produzidos, entre 1964 a 1985, na formação e na atuação de Lorena, Clarissa e Ivo, em determinado espaço social. A partir de suas memórias, foi possível reconhecer, em certa medida, diferentes aspectos implicados ao campo intelectual das Ciências Sociais, as transformações ocorridas e as permanências identificadas no período. Para tal análise, importa saber, em um primeiro momento, quem são os personagens dessa investigação ou seja: onde obtiveram suas titulações acadêmicas, suas principais áreas de inserção, seus interesses de pesquisa, suas produções e seus círculos de atuação. Esses aspectos descritos aqui, de forma linear e estruturada, parecem ir na contramão da metodologia utilizada na investigação. No entanto, nos parecem fundamentais para a compreensão das adesões de pesquisa, das escolhas de atuação no âmbito social e político, na forma como constituíram seus percursos, nas práticas que adotaram profissionalmente. Aspectos aparentemente banais são por nós considerados os alicerces que justificam, em certa medida, o traçado de seus caminhos.

Iniciemos por Lorena Holzmann. A referida professora teve sua trajetória marcada pelo engajamento político. Além de docente, participou da gestão universitária da UFRGS; fundou em 1978, junto com outros colegas, a Associação dos Docentes (ADUFRGS). Participou, assim, de situações permeadas pela luta no processo de redemocratização do país e da **Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 33, n. 1, p. 1-24, e-rte331202465, 2024.**



universidade. Dentre as inúmeras participações na gestão da UFRGS, destacam-se a Chefia do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, de janeiro de 1994 a agosto de 1998, e a função de Pró-Reitora de Graduação na mesma Universidade, na gestão 1996-1999. Também integrou a diretoria da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), de 1995 a 1997 e de 2005 a 2007.

Lorena iniciou seus estudos no curso de Ciências Sociais da UFRGS no emblemático ano de 1964 e formou-se em 1967. Em 1974, tornou-se professora dessa mesma instituição, em que permanecerá até sua aposentadoria. Suas pesquisas, articuladas aos estudos feministas, permearam as investigações sobre mulheres e trabalho feminino no Brasil. Em uma época em que determinados assuntos ainda não eram amplamente debatidos no cenário intelectual brasileiro, dedicou-se, sobretudo, à Sociologia do Trabalho, abordando temas como: inovações técnicas e organizacionais, gestão do trabalho, trabalho e tecnologia, sindicalismo e economia solidária.

Foi responsável, em parceria com o professor e amigo Antônio Cattani, pela organização do Dicionário de Trabalho e Tecnologia, publicado em 2006. A obra lhes rendeu o Prêmio Açorianos de Literatura, na categoria “ensaio humanidades”. Foi uma das organizadoras do livro “Universidade e Repressão: Os expurgos na UFRGS”, que discute diferentes aspectos do Processo. É uma referência em palestrar, em discussões e debates sobre os anos de repressão na Universidade e os impactos daquele período em distintos âmbitos. Lorena concluiu o doutorado em 1987 e teve sua tese orientada por Elisabeth Souza-Lobo, uma destacada socióloga no campo dos estudos sobre mulher e trabalho no Brasil. Importa dizer que sua colaboração no meio acadêmico de modo específico, e na sociedade de forma geral, se deu por meio da publicação de mais de 30 capítulos de livros, além de diversos artigos dentro da temática de seus estudos.

Clarissa Eckert ingressou no curso de Ciências Sociais da UFRGS no ano de 1969, em meio à implantação da Reforma Universitária de 1968. Desde o início de sua formação, iniciou pesquisas vinculadas ao ensino superior brasileiro. A reforma de 1968 provocou impactos



significativos no sistema universitário brasileiro, mostrando-se como uma grande potência de investigação.

Dentre os diversos caminhos percorridos em sua trajetória, optou por realizar o doutorado na Alemanha. Lá, orientada pelo professor Achim Schrader, entre 1976 e 1979, constituiu uma “rede de sociabilidade”<sup>1</sup> (SIRINELLI, 1994; 1996), por meio da qual foi viabilizada a fundação do Centro de Estudos Latino-Americanos (Cela) e a organização do Anuário de Estudos Latino-Americanos, periódico reconhecido internacionalmente. Atuou como professora assistente em instituições como Universidade do Arizona, Universidade do Sul da Califórnia, Universidade de Lisboa e Universidade de Münster. Em 2007, foi selecionada no projeto “Fulbright New Century Scholar Program”, que envolveu mais de 30 pesquisadores de diversas partes do mundo, sendo ela a representante do Brasil.

Exerceu o cargo de coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia na UFRGS por três gestões. Foi uma das fundadoras do Grupo de Estudos sobre Universidade (GEU) da UFRGS. É considerada como uma das principais referências no campo da Sociologia da Educação no Brasil, especialmente no que tange ao debate e à pesquisa sobre Ensino Superior. Em termos institucionais, coordenou inúmeros grupos de trabalho em congressos nacionais e internacionais, com destaque para a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) e a Sociedade Brasileira de Sociologia. Em ambos os espaços, fundou e tem coordenado grupos de trabalho sobre Ensino Superior. Em 2019, recebeu o Prêmio Florestan Fernandes no XIX Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia.

José Ivo Follmann, comumente chamado de padre Ivo, é professor da área de Ciências Sociais desde 1973, formando-se na UFRGS em 1972. Diferentemente das professoras, após o término da graduação, ingressou como docente na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Neste longo envolvimento com a Universidade Jesuíta, e por seu vínculo com a Companhia de Jesus, exerceu diversas funções institucionais tais como: chefe de departamento; diretor do Centro de Documentação e Pesquisa – CEDOPE; pró-diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão do Centro de Ciências Humanas; diretor do Centro de Ciências Humanas; diretor de Ação Social; vice-reitor e assessor do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas.



Em 2016, foi diretor do Observatório Nacional de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida (OLMA), em convênio com a Unisinos, em Brasília. O OLMA é um serviço em rede de informações, análises, ação educadora e incidência na realidade brasileira, com vistas à promoção da justiça socioambiental. Os estudos do professor José Ivo incidem no diálogo inter-religioso, na sociologia dos movimentos sociais e na perspectiva da ecologia integral, aspectos que reverberam suas produções e atuações, além de estar nas pautas do OLMA.

Além da formação em Ciências Sociais, o professor tem formação em Filosofia e Teologia. O curso de Filosofia foi realizado em São Paulo e finalizado em 1973. Nesse estado, iniciou a militância e os trabalhos sociais na periferia, particularmente no Bairro Perus, quando atuou nos “círculos bíblicos” na comunidade. Nessa época, houve grande movimento de greve na fábrica de cimentos. Algumas lideranças do movimento grevista participavam dos círculos bíblicos, o que motivou o envolvimento do Pe. Ivo com a temática do movimento operário, vida sindical e relações de trabalho. É referência nos estudos de justiça socioambiental, temática de grande interesse contemporâneo. Sua vida acadêmica e atuação social lhe conferem destaque como interlocutor em palestras, mesas de discussão e em programas de distintos meios de comunicação, em todo o Brasil. Hoje, divide suas ações no exercício da docência e da pesquisa na Unisinos e no OLMA.

Importa justificar por que são investigadas as memórias desses docentes, e não de outros. Divergindo das justificativas de estudos que têm na vida de docentes seu foco, que costumam estar vinculadas ao número de publicações, atuações de destaque e/ou projeção na vida pública, este estudo escolhe professores que, ao olharmos de perto, tiveram atuações singulares, em alguma medida, no âmbito das Ciências Sociais. Suas contribuições aconteceram em nível micro, mas foram fundamentais para conquistas de um campo de conhecimento; e eles têm, no entanto, vidas aparentemente ordinárias.

Aprendemos, no diálogo com os estudos da Micro-História e da História Cultural, que os vestígios corriqueiros são reveladores. A vida de sujeito inserido em um contexto específico, que mobiliza sua atuação e também o influencia, demonstra traços específicos de um tempo, de



um espaço. Esse “olhar no microscópio” propõe novas perguntas, indica respostas por vezes singulares, amplia os argumentos, possibilita reflexões outras em temas já discutidos.

Desse modo, há compreensão de que o campo das Ciências Sociais não é impactado apenas pelos trabalhos acadêmicos que são publicados ao longo dos anos, mas dos momentos derradeiros de construção de redes de relações, de movimentação política, de decisões em níveis institucionais – local e/ou nacional. Nesse campo, como em outros das Ciências Humanas, a diferença está na possibilidade de examinar a atuação de cada um. Por isso, tomamos as memórias desses intelectuais durante os anos de ditadura civil-militar como produtoras de História, que traz consigo vestígios que possibilitam o entendimento de algumas nuances da articulação entre docência, pesquisa e atuação social em um período de regime totalitário. Para tal caracterizamos, na sequência, alguns aspectos desse período, considerados relevantes para a discussão proposta.

## **CONTEXTUALIZAÇÃO EDUCACIONAL NA DITADURA CIVIL-MILITAR**

De acordo com José Luís Sanfelice (2010), a força socioeconômica dominante no cenário brasileiro, no início dos anos 1960, voltava-se para os interesses multinacionais, com relação direta com a ideologia nacional desenvolvimentista e as políticas populistas. Desse movimento, surgiram agentes sócio-políticos voltados a construir um *locus* empresarial modernizante, ainda que conservador, que compactuasse com os intelectuais orgânicos em formação, como os administradores de empresas privadas, corporações multinacionais, técnicos, executivos, enfim, de inúmeros atores sociais de distintos segmentos.

A autora Maria Helena Moreira Alves (1984) salienta que não se tratava de um plano de ação que desejasse o apoio das massas para legitimar essas novas metamorfoses do poder do Estado. A visão era de que esse poder seria conquistado a partir da demonstração do desenvolvimento do capitalismo, que estava em curso em intensa velocidade. Os “inimigos internos”, nas palavras da autora, compostos por comunistas e outros sujeitos que eram contra as novas mudanças políticas, justificaram o aparato repressivo criado em prol desse



desenvolvimento econômico. Nessa esteira, foi concebida a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, uma estratégia que embasou ideologicamente as atividades de informação e contrainformação no Brasil. Por meio dela, foi viável, por exemplo, a criação dos Atos Institucionais, que originaram as bases da legislação da ditadura. Contudo, essa nova cosmovisão, institucionalizada através de diversas ações repressivas, produziu intensas resistências sindicais, manifestações estudantis, principalmente entre os anos 1967-68.

Segundo Alves (1984), isso tudo culminou no Ato Institucional nº 5, implementado em 13 de dezembro de 1968. Com ele, foi instaurada a liberdade total para que o Estado abusasse do poder, provocando mortes e torturas a presos políticos. Segundo Sanfelice (2010), nos primeiros anos do Estado de Segurança Nacional e Desenvolvimento, houve fortes reflexos nas políticas educacionais do país a partir de acordos, visando objetivos econômicos. Esses acordos eram abrangentes e impactavam todo o sistema de ensino, seu planejamento e administração, formação docente e controle de conteúdo.

Em relação às universidades, Sanfelice (2010) afirma que, em 23 de junho de 1965, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) firmou acordo com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), com fins de ajuda externa, para implementar a Reforma Universitária. O autor diz que, “para o ministro da Educação Suplicy de Lacerda, a universidade estava repleta de agitadores, de pequenos ladrões e nelas havia colônias de vírus ameaçando o futuro do povo inteiro” (2010, p. 211). Junto a essa justificativa, queria-se elevar o nível cultural da população, com atenção particular ao nível superior.

Sanfelice (2010) frisa que, com o Decreto-Lei nº 53, de novembro de 1966, foram se instaurando normas para organizar as universidades federais, com foco na economia de recursos e na produtividade dos docentes. Com o Decreto-Lei nº 252, de fevereiro de 1967, foram criados os Departamentos, “aglutinadores de disciplinas afins, e que em muitas universidades permanecem até o dia de hoje” (2010, p. 212).

Nesse cenário, buscando uma política educacional para o Estado de Segurança e Desenvolvimento, o governo estabeleceu uma série de leis e medidas. Para fins deste estudo, destacamos a Lei 5540, de 28 de novembro de 1968, considerada a Lei da Reforma





Universitária. Um de seus objetivos seria dar às faculdades a responsabilidade de diplomar os brasileiros para suprir a demanda que acompanharia a aceleração do crescimento econômico no Brasil. Em síntese, a Reforma propôs investimentos para modernizar e expandir as universidades brasileiras, principalmente a pós-graduação, ainda que de maneira controlada e conservadora. Paradoxalmente, contava com repressões políticas de opinião que visavam silenciar opositores pertencentes aos círculos acadêmicos. O modelo que inspirava a Reforma Universitária era o norte-americano, com a parceria entre MEC e USAID, caracterizado pelo incentivo à criação de universidades privadas, pela produtividade acadêmica dos professores, o que explica a mudança e o aumento das produções intelectuais de vários docentes, incluindo os cientistas sociais estudados nessa pesquisa.

No sentido de estabelecer as relações entre docência, pesquisa e atuação profissional nas Ciências Sociais, de modo ampliado, traçamos, na sequência, o itinerário metodológico percorrido e a sustentação teórica que nos permitiu atingir o objetivo proposto nesse estudo, que é identificar os vestígios das transformações que ocorreram no campo das Ciências Sociais, entre os anos de 1964 e 1985.

## **TRAJETOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS**

Utilizamos, para produção e análise dos dados, a abordagem da Micro-História. Por meio dessa metodologia, é possível perceber as nuances, as transformações e as permanências a partir de escalas em diferentes tempos. Dentro do campo da História da Educação, essa abordagem apresenta diferentes possibilidades de mobilização em razão destes elementos.

A mobilização das memórias produzidas neste estudo possibilita entender os reflexos das Ciências Sociais como campo de conhecimento, na articulação de ensino e pesquisa, durante a ditadura civil-militar. A metodologia da História Oral<sup>ii</sup> é profundamente vinculada às subjetividades das experiências vividas daqueles que narram suas memórias. Levando isso em consideração, a História Oral envolve afetação e relação. Bosi (1987) e Portelli (2016) destacam que tal metodologia, por operar e se envolver com vidas, constrói uma aproximação cara a partir



do deleite de narrar e de ouvir. Portanto, é uma via de mão dupla, de escuta, de conversa, de atenção e construção. Ouvir e contar histórias particulares requer a criação de uma relação de honestidade e confiança entre narrador e entrevistador. Dessa forma, como afirma Grazziotin (2016), não há receita pronta ou um modelo de roteiro a ser reproduzido, que não está em gavetas, ou previamente organizado em um arquivo. O pesquisador, aproximando-se de seu objeto, entenderá quais serão as melhores perguntas na hora de envolver os participantes em seu enredo, embora já as tenha estruturado previamente em um modelo aberto.

Para a pesquisa que resultou nesse artigo, foi seguido todos os princípios éticos empregados em pesquisas relativas às Ciências Humanas, tais como Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pelos entrevistados, devolução das entrevistas para a aprovação posterior e a autodeclaração de ética. Essas instruções são baseadas de acordo com os autores Mainardes e Carvalho (2019, p.2). De acordo com eles,

considerar que, em termos de reflexibilidade e de vigilância, a autodeclaração pode ser mais eficaz que a mera submissão a um comitê de Ética em pesquisa, na medida em que envolve o conhecimento, a reflexão e a aplicação de questões éticas, bem como a publicização de reflexões, de decisões e de dilemas éticos envolvidos no processo de pesquisa. (Mainardes; Carvalho, 2019, p. 02).

Todas as entrevistas foram realizadas on-line; isso se deu por diversas razões: uma delas reside no fato de que os participantes da pesquisa ainda atuam intensamente no campo intelectual, em diferentes frentes. Portanto, a lista de compromissos era extensa, e a espera para efetuar encontros presenciais poderia ser tão grande quanto. Além disso, existiram alguns fatores pessoais e até geográficos para com os entrevistados, como é o caso do professor Ivo, que, no momento que essa pesquisa estava em construção, encontrava-se na cidade de Brasília. Dessa forma, enveredemos por explorar as implicações do uso da História Oral para além da estrutura de pensamento específica de sua utilização, que enfatiza o papel da interação presencial nas entrevistas. Na impossibilidade do contato presencial, tal imbricamento só foi possível pelo desenvolvimento tecnológico atual, que possibilita um contato e interação para



além das fronteiras espaciais, alargando a potência dessa metodologia. É evidente que, ainda que seja possível fazer História Oral de forma on-line, a própria situação é diferente daquela que teria o encontro presencial. Ainda que a presencialidade produza mais naturalidade na hora de entrevistar, o uso dos meios digitais oportunizou que esse estudo acontecesse. Ricardo Santhiago e Valéria Barbosa de Magalhães afirmam que “Uma entrevista, tal qual a conhecemos, é uma convenção circunstancial, não um artefato natural carente de fervorosa proteção. A entrevista [...] já é artificial. E a comunicação – como quer que se dê – é sempre mediada” (Santhiago; Magalhães, 2020, p. 5).

Portanto, a mediação das entrevistas se deu pelo meio virtual e, ainda assim, permeou e enveredou pelos sentidos e pelo corpo, que toda História Oral busca afetar. Além disso, com a mediação feita on-line, é possível preservar alguns dos aspectos da História Oral que possuem primazia, inclusive para ter a possibilidade de inseri-los na análise. Sobre tais aspectos,

Acionam simultaneamente vários dos sentidos dos interlocutores, potencializando a interação e requisitando-lhes maior carga de atividade além de estabelecer um ambiente ciberespacial no qual os corpos não são desmaterializados, mas reconfigurados virtualmente, por meio dos recursos disponibilizados pela tecnologia do momento” (Santhiago; Magalhães, 2020, p. 5).

Portanto, reforçamos que compreender o ambiente on-line como um espaço de interação e de produção de relatos de memória é possível, desde que o método da História Oral seja tomado com rigor. Assim, durante as trocas de e-mail e mensagens instantâneas, iniciando as primeiras conversas, até o momento de marcar e se preparar para as entrevistas, produziu-se deslocamentos, dúvidas, ansiedades, ainda que de uma maneira alternativa a qual estamos acostumados nessa metodologia.

A entrevista com a professora Lorena ocorreu em seu escritório, rodeada de livros. Em uma conversa por vezes acalorada, surgem dicas de filmes sociológicos ou sobre cinema no geral. A professora Clarissa encontrou-se conosco em seu quarto, com algumas pequenas visitas de sua neta, em uma entrevista que durou mais de três horas, com muitas sugestões, no fim de



nossa conversa, sobre docência na Sociologia. No caso Pe. Ivo, como mencionado, ocorreu em uma videochamada pelo aplicativo Teams. Ele estava em seu escritório no OLMA, em Brasília, momento em que salientou estar com saudade do Rio Grande do Sul.

Nos tópicos seguintes, as histórias e memórias dos atores sociais acima referenciados(as) serão abordadas.

### **NAS MEMÓRIAS, AS CONEXÕES COM UM BRASIL DO “AME-O OU DEIXE-O”**

Lorena foi a primeira da família a entrar na universidade em 1964, em decorrência das transformações políticas do período. Conta que o curso começou devagar, e os estudantes começavam, aos poucos, a entender as mudanças que estavam acontecendo. Sua atuação nesse coletivo de estudantes inicia lentamente; em um primeiro momento, se dá como participante, de forma militante, em passeatas com sua irmã, em muitas situações fugindo da polícia. Conforme os anos foram passando, durante seus estudos, relata que a atmosfera ficava cada vez mais fervorosa e violenta:

Em 1968 foi um ano trágico, foi o ano em que o menino lá em março foi assassinado lá no Rio de Janeiro, no restaurante Calabouço. No fim do ano foi AI cinco, aí as coisas começaram a ficar mais difíceis. Começou haver uma repressão muito maior [...] (Lorena Holzmann, entrevista, 2023).

Esse episódio que a professora narra refere-se ao episódio do Restaurante Central dos Estudantes, conhecido como Calabouço, que, durante as décadas de 1950 e 60, foi um restaurante estudantil que oferecia comida a baixo custo para estudantes de baixa renda no Rio de Janeiro. Pela grande concentração de universitários, era também palco de várias manifestações por melhorias na educação, incluindo manifestações contra o regime civil-militar. Para Lorena e seus colegas, segundo ela, foi um ano chave para começar a se pensar novas formas de resistência e enfrentamento frente ao que estava acontecendo no país.



Avançando um pouco no tempo, Lorena rememora que, em 1972, iniciou como docente na PUC-RS. Era então mãe de um filho pequeno. Nesta mesma época, realizava o curso de Mestrado. De início, não imaginava que iria enveredar pelo mundo do trabalho, em perspectiva sociológica, pois, no momento, ainda estava inserida em um grupo de estudos que discutia migração. Contudo, em 1975, a ONU instituiu o dia 8 de março como Dia Internacional das Mulheres. A professora então acreditou ser uma temática perfeita a ser pesquisada em tempo oportuno. Isso decidido, realizou sua dissertação utilizando dados censitários dos anos 1920 a 1970, construindo o papel e o percurso da trabalhadora mulher nesta temporalidade. Buscava, nesse período, equilibrar suas atividades como militante, estudante e mãe. Em 1978, inicia sua atuação como docente na Universidade Federal:

Ai em 1978, eu já estava dando aula na UFRGS, começou todo um movimento de articular um movimento docente de professores de universidades, e eu me engajei nisso. Então eu fui assim, da primeira direção da DURGS, da Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, fui da segunda, fui da terceira, a eu fui pertencendo, até que em determinado momento eu me afastei. Faz dois anos agora, eu voltei de novo, e eu sou representante dos aposentados do conselho de representantes da DURGS. É uma forma de eu me manter assim muito integrada (Lorena Holzmann, entrevista, 2023).

Em constante comunicação com outras universidades no país que estivessem discutindo direitos de docentes e estudantes, Lorena participou de uma reunião na Universidade de São Paulo, com as Associações. Lá, descobriram que a ADUSP, a Associação de Docentes da Universidade de São Paulo, havia escrito um livro chamado “O livro negro da USP”, onde estavam registrados todos aqueles que haviam sido expurgados dentro da USP, entre professores e alunos:

Aí nós reunimos um grupo, e a universidade de São Paulo, a ADUSP, a Associação de Docentes da Universidade de São Paulo, já tinha feito um livro, um registro que eles chamavam de: “O livro negro da USP”, fazendo assim, todo o registro do que tinha sido os expurgos dentro da USP, entre professores e alunos. E nós resolvemos fazer isso, aqui em Porto Alegre, na UFRGS.



Então nós também [...] reunimos um grupo de professores e [...] publicamos “Os expurgos da UFRGS”. Fizemos contato com professores caçados, alguns nos passaram documentos e nós fizemos o livro (Lorena Holzmann, entrevista, 2023).

Quando a ADUFRGS fez trinta anos, o livro foi reeditado, com o engajamento, principalmente, de professores como Arold Altabon, da área da Matemática, e da professora Maria Assunta Campilon, que foi diretora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Lorena passou a ser referência do livro por ter auxiliado nessa segunda edição, produzindo uma nova introdução e participando de eventos em homenagem à memória dos expurgos da UFRGS e das vítimas das injustiças e violências do regime:

Tem um grupo na universidade que organizou uma exposição, um professor da Arquitetura organizou uma... ele pintou, eu acho que são quinze painéis em aquarela, muito grandes, retratando pessoas e eventos daquele período, e a partir disso, esse grupo da universidade fez... transformou em livro, e me pediram para escrever a introdução dele, [...].(Lorena Holzmann, entrevista, 2023).

Professora Lorena lembra que, nesse mesmo grupo, entrou com pedido no conselho universitário para que houvesse a revogação dos títulos de *honoris causa*, que foram atribuídos ao Costa e Silva e ao Médici. O grupo realizou uma audiência pública e a convidou para participar. Desse modo, ela comenta, isso se vincula às questões dos expurgos e das reparações, e a demais questões que ocorreram nesse período.

Essas aparições não se restringem só nesse momento de sua trajetória. Tal aspecto é ressaltado quando comenta sua atuação frente à ADUFRGS:

Ah não, eu sempre participei da DURGS, fui de comando de greve em 1984, na greve que durou quase três meses, fui do comando de greve, a gente teve assim... um comando de greve é uma coisa difícil, a gente teve parcerias, a gente teve conflitos, isso tudo faz parte da minha história. Eu acho que eu sou muito corajosa, não, fisicamente não, mas sabe de enfrentar determinadas coisas (Lorena Holzmann, entrevista, 2023).



Grazziotin e Almeida (2012, p. 21) afirmam que “todo lugar, tomado geograficamente ou socialmente, tem um passado. Esse passado pode, num dado momento, sofrer intervenções”. Essas intervenções tornam “possível submetê-lo a processos de esquecimento e apagamento” (p. 21). As autoras salientam que também existe a possibilidade inversa: a partir dos rastros e vestígios, pode-se estimular o reavivamento da memória. É esse movimento de evocar memórias, visitar o passado, (res)significá-lo de diferentes maneiras, que tornou possível conhecer acontecimentos de um tempo que, cronologicamente, passou, mas que retorna, em pequenos fragmentos, por meio das lembranças de Lorena e dos outros professores que participaram desta pesquisa. As memórias de cada um, tomadas como documentos, remetem a reflexões sobre o tempo, a universidade e o lugar que ocuparam durante a Ditadura.

Perseguindo outros rastros, seguimos com os itinerários dos personagens que compõem esta pesquisa, de forma a conectar elementos de suas biografias com seu “destino” – palavra utilizada por Bosi (1987), quando utiliza o conceito de “comunidade de destino”.

A professora Clarissa nasceu no dia 10 de fevereiro de 1949 em Tuparendi, Rio Grande do Sul. A localidade fica no noroeste do Estado, cidade vizinha de Santa Rosa. Sua mãe nasceu em Giruá, e seu pai nasceu em Joinville, Santa Catarina. Seus avós vieram da Alemanha. Tendo um pai estudante de Teologia, conta que seu maior desejo era seguir os passos do pai, mas não teve autorização da alta hierarquia luterana, por ser mulher.

Não obtendo nenhum fruto dessa investida, focou na Sociologia, que estava estudando no ensino clássico, e buscou se formar. No município de Cachoeira, não havia faculdade na época. Sua professora de Filosofia, chamada Lia Wilhelm, que havia se graduado na UFRGS, indicou essa universidade. Em 1967, Clarissa veio para Porto Alegre e realizou o vestibular para Ciências Sociais. Longe da família, residiu na atual CEUPA (Casa Estudantil Universitária de Porto Alegre), vinculada à igreja luterana. Na época, a casa era uma referência, mas não era gratuita, como a CEUACA, casa de estudantes, sem vínculo religioso, para o sexo masculino.

Eu comecei a me preparar para o vestibular né, que foi em 66, acho que entrei na faculdade em 67. Fiz o vestibular acho que foi em fevereiro de 67 e em março começaram as aulas, aí já era plena ditadura. E um outro fato



importante, a reforma universitária foi em 68, eu entrei ainda no modelo antigo de universidade, de formato da graduação em que toda a estrutura universitária era centrada na cátedra, não no departamento. Então em 68 quando ocorreu a reforma, nós, aí eu já como estudante, participamos ativamente da reestruturação do curso de Ciências Sociais. E era todo baseado na cátedra e ele foi todo replanejado digamos, nessa nova estrutura de departamentos.[...] (Clarissa Eckert, entrevista, 2023).

Tudo se modificou, diz Clarissa: “[...] o currículo ele era anual e depois da reforma passou a ser semestral, então nós tínhamos o primeiro semestre, o segundo semestre né. O modelo de aula também mudava [...]” (entrevista, 2023). Ela comenta que as alterações curriculares aconteceram em 1968 e 1969, de modo que as disciplinas de Ciências Sociais e da formação profissional eram trabalhadas ao mesmo tempo em que estava sendo reestruturado o curso – “*uma loucura*”, segundo ela. Sobre as atividades do curso naquele período, Clarissa conta que:

Era um desafio, então não era uma coisa assim monótona, não, não tinha nada de monótono, era tudo muito, muito agitado. Bom, e como um curso de Ciências Sociais que se preze de qualidade, nós promovíamos muitos debates, e nós alunos, e digamos assim, as turmas que iam se formando, que estavam então já atuando como sociólogos, foi criada a Associação de Sociólogos do Rio Grande do Sul, a grande liderança era o André Foster, já falecido, foi o presidente da associação. Os centros de estudantes, da Economia, das Ciências Sociais, eram pontos importantes de debates, de movimentação (Clarissa Eckert, entrevista, 2023).

Clarissa narra que o dia a dia na universidade era extremamente tenso; é possível compreender o motivo, uma vez que as Ciências Sociais são um campo intrinsecamente ligado à política, à economia, ao espaço público, aos debates sobre esses diferentes aspectos do contexto social, elementos não desejáveis em um regime totalitário. Lembrando esse momento e a interferência do Regime na Universidade, relata:

Eu fiquei sabendo, uma vez, que eu tinha ficha na polícia. Na época o DOPS estava dentro das salas de aula, era impressionante, chegavam na sala, tinha





um rapaz de terno... pior é que eles se identificavam, eles não precisavam dizer que eles eram do DOPS, porque eles iam de terno preto, camisa branca, óculos escuros, sentava ali no fundo, ninguém tinha a menor ideia quem era aquela criatura né? E os professores dando aula de Marx, Weber, Durkheim, por exemplo, tipo de livro que a gente lia, nós íamos pro Uruguai para comprar Paulo Freire em espanhol, que Paulo Freire aqui estava proibido né? Então a gente ia pro Uruguai comprava os livros trazia para cá e meio que contrabandeado tinha que esconder as capas no meio das roupas que se a gente fosse pego pela polícia já viu né...[...]

Sobre perseguição, segue relatando:

Eu tive colegas que eram militantes, alguns foram presos, nós tivemos vários professores que foram presos, tudo isso aconteceu naquela época... reestruturando o curso de Ciências Sociais, reestruturando a universidade, o DOPS dentro da universidade, perseguição política, era uma efervescência total (Clarissa Eckert, entrevista, 2023).

Além do curso de Ciências Sociais, Clarissa se envolveu em diversas atividades extracurriculares com a Associação de Sociólogos criada naquele período:

Além do curso de Ciências Sociais, naquela época dentro da nossa atuação vou chamar de política entende? De movimentar, de discutir e debater, nós trouxemos Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, Helena Saffioti, Octavio Ianni entre outros nomes né. (Clarissa Eckert, entrevista, 2023).

Recorda-se também das relações com outros cursos para possibilitar esses espaços de debate:

A associação junto com o DAECA na época que era o, como é que chamava? Era dos estudantes de Economia, era muito importante o Centro Acadêmico da Economia, tinha o nosso Centro Acadêmico da Filosofia, das Ciências Sociais né, então a gente se juntava e promovia debates, seminários foi um movimento muito intenso naquela época. (Clarissa Eckert, entrevista, 2023).



Sua atuação política, como ela mesma chamou, não residia exatamente na militância nas ruas, mas em promover espaços educativos dentro da universidade, para aprender e também para ensinar:

Paralelo a isso, na época também duas atividades foram importantes, uma que chamava dinâmica de grupo era do professor Lauro de Oliveira Lima que escreveu sobre essa dinâmica de grupo no sentido que, na época a palavra mais importante era conscientização, a gente tinha que conscientizar as pessoas sobre a realidade política sobre a realidade social. Então assim, como superar a alienação, como superar a ignorância né? Pela conscientização as pessoas, famílias, os grupos né, tinha que ser conscientizados da realidade social pra elas poderem atuar também aí a figura mais importante naquele momento? Paulo Freire. (Clarissa Eckert, entrevista, 2023).

De acordo com seu relato, participou dos grupos de alfabetização com colegas na universidade, vinculados aos grupos na casa de estudantes onde residia: “[...] a gente fazia muita atividade na casa de estudante, e também na universidade, no curso de Ciências Sociais, eu e meus colegas” (Clarissa Eckert, entrevista, 2023). E complementa: “Então tinha todo um curso montado, a gente ia para o interior por intermédio da Igreja Luterana, eles nos indicavam, olha tal comunidade gostaria que vocês fizessem um curso lá para grupo de agricultores de alfabetização e conscientização do Paulo Freire” (Clarissa Eckert, entrevista, 2023).

Enquanto professora e pesquisadora, Clarissa dedicou sua carreira em promover e defender espaço para a pós-graduação na UFRGS. Nesse sentido, trabalhou para qualificar o corpo docente, fortalecer o *estricto sensu* em Ciências Sociais, que dava seus primeiros passos, ao mesmo que tempo em que auxiliava na reformulação do currículo. Essas lutas foram travadas no final da década de 1980; ainda estava em curso a ditadura civil-militar no país. Nesse sentido, importa pensar nos entraves produzidos por esse período.

Entre as narrativas, trazemos também as memórias do professor José Ivo, único que não exerceu a docência da UFRGS, embora tenha se formado nessa instituição. O professor José Ivo nasceu em 1944; é da quinta geração dos familiares que chegaram da Alemanha para o interior do Rio Grande do Sul. É o sétimo filho de uma família de 10 crianças, cinco meninas e



cinco meninos. De família católica, relata que foi uma vida marcada por um cotidiano de duras privações.

Saiu de casa aos 11 anos de idade e, nos anos seguintes, mudou-se para diversas cidades e estados do Brasil. Já adulto, depois de dois anos de noviciado, antes da ordenação como padre Jesuíta, em 1975, entrou na faculdade de Filosofia em São Paulo. A instituição havia sido criada recentemente; era bem reconhecida, localizada na Via Anhanguera, com um bom corpo de professores na tradição dos jesuítas. Foi ali que conheceu o curso de graduação em Ciências Sociais, interessando-se por esse campo de estudo. Em meados da década de 1960, tomou a decisão de cursá-lo paralelamente à Filosofia.

Seu ingresso no curso de Ciências Sociais se deu em decorrência de sua experiência em São Paulo, quando realizava, nos finais de semana, os círculos bíblicos. Nesse período, em 1967, estava em curso a grande greve da fábrica “Cimentos Perus”. Nesse meio, deparou-se com muitos militantes sindicais que estavam participando de sua reunião:

Ficava admirado com o que acontecia ali, e aí me convenci, pelo conselho de um colega meu de: “por que você não faz sociologia? Para se preparar melhor?”; porque eu queria ser padre. Aí eu dizia assim, se eu quero ser padre e quero trabalhar com esse povo, eu tenho que conhecer a realidade melhor, então a minha opção pela Sociologia. Em São Paulo, fiz dois anos de Filosofia presencial lá e um ano de Ciências Sociais, e o que aconteceu é que nesses dois anos em que estive ali em São Paulo, nós tivemos muitas oportunidades e contato com os movimentos populares e, sobretudo, movimento estudantil também. (José Ivo Follmann, entrevista, 2023).

No ano de 1968, conta que, muitas vezes, durante a noite, ia até a cidade universitária da USP e participava de movimentos liderados pela UNE. De acordo com Ivo, “o José Dirceu era o presidente da UNE; ele inclusive nos visitava lá na nossa faculdade lá na Via Anhanguera, na Faculdade Anchieta. Ele nos visitava e fazíamos encontros com ele e com outras lideranças do movimento estudantil na época.” (José Ivo Follmann, entrevista, 2023). Além disso, diz que “nós íamos para rua nas passeatas, gritando ‘mais pão, menos canhão! Mais pão, menos canhão!’” (José Ivo Follmann, entrevista, 2023).



No final de 1968, ano da Reforma Universitária, conta que, por razões institucionais e financeiras, os jesuítas, oriundos do Rio Grande do Sul, foram convidados para continuar seus estudos de Filosofia em tempo de férias, em formato intensivo, no colégio Anchieta de Porto Alegre. Nesta instituição, buscou auxílio para retomar o curso de Ciências Sociais com o diretor do colégio, na época o padre Paulo Englert. Pertencente a uma família bastante influente em Porto Alegre, Englert conseguiu matricular Ivo na UFRGS de forma que ele pudesse dar continuidade ao Curso. Em seu ano inicial na instituição, lembra:

Um dia um professor meu me convidou para ir tomar um chopp comigo, e eu estranhei; puxa vida eu era recém chegando e já tô sendo convidado por um professor pra ir tomar chopp? Depois eu me dei conta, ele queria descobrir se eu não era agente do DOPS. Tudo era muito impactante. Eu participava muito dos movimentos estudantis, não aceitava aquilo tudo [...] também, eu me lembro que a gente se reunia muito para os movimentos e tinha um interventor na UFRGS, um Coronel, e nós nos reuníamos para reivindicar nossos direitos e menos repressão. Foi uma oportunidade pra mim, aprendi muito naqueles anos... (José Ivo Follmann, entrevista, 2023).

Em 1975, entra para a Companhia de Jesus. Sobre seu tempo como professor do colégio Anchieta, em Porto Alegre, já no fim da década de 1970 e início da década de 1980, lembra de duas situações muito especiais:

A primeira foi quando fui convidado para uma reunião de pais e mestres por causa do conteúdo da minha disciplina de cultura religiosa. Eu era professor de Cultura Religiosa e fizeram uma reunião por conta da cartilha, do manual que eu estava usando. Na capa tinha um desenho, uma logo marca, da Sono-Viso do Brasil<sup>iii</sup>, SV, estilizada assim um SV e não sei como eles conseguiram enxergar naquele SV uma foice e um martelo. E diziam: ele está usando um texto, que tem a foice e um martelo na capa, que tem a estrela dos partidos comunistas na capa. Mas era a estrela de Belém; era Ensino Religioso; então, foram as coisas mais absurdas que eu enfrentei (José Ivo Follmann, entrevista, 2023).



No percurso do padre Ivo Follmann, não há grandes embates com o DOPS; no entanto, suas memórias trazem indícios da repressão desse tempo. De forma quase subliminar, vislumbram-se as perseguições encetadas por um regime antidemocrático.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos este artigo provocadas pela possibilidade de construir uma História a partir da sistematização da memória como documento histórico. Ricouer (2012), em uma conhecida afirmação, diz que não há nada mais legítimo que a memória de alguém que viveu uma situação, para dizer que algo aconteceu. Grazziotin e Almeida (2012, p. 36) ponderam que a memória “permite a aproximação da verdade que se quer produzir sobre o vivido”. Nas narrativas apresentadas, conhecemos rastros de alguns momentos particulares do período da ditadura civil-militar nas trajetórias acadêmicas e profissionais de Lorena, Clarissa e Ivo.

Os reflexos desse contexto no percurso de Lorena são mais fortes em 1978, quando inicia sua participação nos movimentos de docentes na UFRGS, além de suas participações em greves. Fez parte, ainda, da primeira direção da Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ADUFRGS), instituição que permanece, até hoje, como espaço de reivindicação dos direitos dos professores da Universidade. Como uma das iniciativas de sua trajetória, auxiliou, como já dito, na construção do livro “Os expurgos da UFRGS”, um dos principais registros sobre os impactos da ditadura na instituição.

No trajeto da professora Clarissa, identificamos que, durante seus anos como estudante, buscou burlar as punições do Regime em razão dos livros e das atividades educativas proibidas. Em meio à Reforma de 1968, por meio da Associação de Sociólogos, da qual fazia parte, convidou intelectuais brasileiros do campo da Sociologia a contribuírem na conscientização sobre o Regime em vigência e suas consequências nefastas à sociedade. Lutou, ainda, pela permanência e contínua qualificação do PPG de Ciências Sociais. Importa ainda salientar seu destaque como pesquisadora e atuante no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRGS.



O professor José Ivo foi um militante religioso de rua e de sala de aula; passou diversas experiências enquanto estudante, padre e professor. Envolvido por esses papéis, também buscou construir, nos espaços que ocupava, esperança e mudança frente às questões políticas em curso. Em razão do que vivenciou nos primeiros anos de ditadura, buscou conectar seu ofício religioso com o de sociólogo, a fim de contribuir na construção do conhecimento e da cidadania.

Os relatos desses professores contribuem para a História da Educação, na medida em que temos a oportunidade de conhecer como suas formações e atuações se davam no regime civil-militar. Além disso, possibilitou ver as distintas colaborações dos docentes e dos seus momentos de atuação.

## REFERÊNCIAS

ALVES, M. H. M. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos**. 2 ed. São Paulo: T.A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

BRITTO, Augusto César Luiz; CORRADI, Analaura. Egodocumentos: Os documentos que expressam a personalidade, a intimidade e motivações dos titulares de arquivos pessoais. **Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 32, n. 2, p. 98-129, 2018.

FISCHER, Beatriz T. Daudt. **Professoras: histórias e discursos de um passado presente**. Pelotas: Seiva, 2005.

GRAZZIOTIN, L. S. S. História da Educação e História Oral: possibilidades de pesquisa em acervos de memória. In: RODEGHERO Carla Simone; GRINBERG, Lúcia; FROTSCHER, Méri. (Org.). **História Oral e Práticas Educacionais**. Porto Alegre: Oikos, 2016, 162-176.

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. Romagem do tempo e recantos da memória: reflexões metodológicas sobre História Oral. São Leopoldo: Oikos, 2012.

HISTÓRICO da UFRGS. Site da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/historico>>. Acesso em 24 abr. 2023.



MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo Nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MAINARDES, J.; CARVALHO, I. C. M. Autodeclaração de princípios e de procedimentos éticos na pesquisa em Educação. In. **ANPEd Ética e pesquisa em Educação: subsídios**. Rio de Janeiro: ANPEd, 2019. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/332091638\\_Autodeclaracao\\_de\\_principios\\_e\\_de\\_procedimentos\\_eticos\\_na\\_pesquisa\\_em\\_Educacao](https://www.researchgate.net/publication/332091638_Autodeclaracao_de_principios_e_de_procedimentos_eticos_na_pesquisa_em_Educacao) Acesso em: 18 fev. 2024.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

RICOUER, Paul. A memória, a história e o esquecimento. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2007a. ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

SANFELICE, José Luís. **O Estado e a política educacional do regime militar**. In: SAVIANI, D. (Org.). Estado e Políticas Educacionais na História da Educação Brasileira. SBHE, 2010.

SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. Rompendo o isolamento: reflexões sobre história oral e entrevistas à distância. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, v. 27, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22456/1983-201X.102266> Acesso em: 18 fev. 2024.

SIRINELLI, Jean-François. **Intellectuels et passions françaises: manifestes et pétitions au XXe siècle**. Paris: Gallimard, 1996.

SIRINELLI, Jean-François. **Génération intellectuelle: Khâgneux et Normaliens dans l'entre-deux-guerres**. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.

SORIA, Juan Manuel Fernández. Usos de la memoria e el olvido em la historia de la educación. **Anuario Gallego de Historia da Educación**. n. 10. Sarmiento: Servicio de Publicación das universidades de Vigo. A Coruña e Santiago de Compostela: 2006, p. 25-51.

---

<sup>i</sup> De acordo com o autor, as “redes de sociabilidade” constituem uma ferramenta explicativa para compreender a organização e a dinâmica do campo intelectual, com suas amizades e inimizades, vínculos e tomadas de posição, estando sempre atrelada ao itinerário do personagem. Dessa forma, demonstram as afinidades dos intelectuais estudados, tanto pessoais quanto acadêmicas e políticas, não sendo apenas de caráter racional – mas também



---

marcadas pelas hostilidades, pelas simpatias, etc. A materialidade dessas redes pode se manifestar em grupos de pesquisa, revistas, associações, dentre outros.

<sup>ii</sup> Por se tratar de História Oral, foram, uma vez que essa investigação tem cunho historiográfico e trata de trajetórias de vida, com base no referencial de Egodocumento (Britto; Corradi, 2018), os nomes dos professores serão mantidos. De acordo com os autores, trata-se de documentos não tradicionais, oriundos do espaço doméstico e que contêm elementos da personalidade e da presença materializada do “eu” do autor no texto.

<sup>iii</sup> Extinta gravadora que fazia parte do Grupo Editora Vozes. Possuía um acervo fonográfico com títulos de cunho religioso. Não foi localizado o ano de fundação e nem de fechamento.

#### SOBRE A AUTORIA:

[\*] Mestre em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).  
<https://orcid.org/0000-0002-8353-8361>. E-mail: ttaimartins@hotmail.com

[\*\*] Professora na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Educação da Escola de Humanidades da Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS. <https://orcid.org/0000-0001-5648-3855>. E-mail: lsgarbi@unisinos.br

---

Submetido em: junho de 2024.  
Aprovado em: outubro de 2024.  
Publicado em: novembro de 2024.